

BC eleva compulsórios e corta limite cambial para barrar a especulação

Mônica Izaguirre

De Brasília

O Banco Central endureceu com o mercado e, em mais uma tentativa de conter a especulação com o dólar, cortou pela metade o limite que os bancos são autorizados a arriscar em operações com moeda estrangeira, até então de 60% do patrimônio líquido. Em outra medida destinada a limitar a capacidade de especulação, o BC ainda promoveu um aumento generalizado de recolhimentos compulsórios sobre os depósitos captados da clientela, o que tirará do sistema financeiro R\$ 14,2 bilhões já na próxima segunda-feira.

O prazo para ajuste ao novo te-
to de exposição a riscos cambiais, agora de apenas 30% do patrimônio líquido, é curto. Termina nessa quarta-feira, o que deverá levar muitos bancos a se desfazer ou a neutralizar posições em dólar hoje e amanhã.

O novo golpe desferido pelo BC não se limitou a isso. Pela segunda vez em menos de uma semana, ainda elevou o capital próprio exigido das instituições financeiras para riscos associados à taxa de câmbio. Na segunda-feira, dia 7, o patrimônio exigido especificamente para riscos cambiais já tinha sido elevado de 50% para 75% da exposição cambial líquida de cada banco (diferença entre posições ativas/compradas e posições passivas/vendidas em moeda estrangeira e ouro, inclu-

sive em mercados de derivativos, como futuro de dólar da BM&F).

Na última sexta-feira, o percentual subiu de novo, desta vez para 100%. Isso significa que, a partir desta quarta, os bancos só poderão correr riscos associados à taxa de câmbio usando integralmente capital próprio. A regra anterior, baixada há uma semana, permitia que, de cada R\$ 100,0 aplicados liquidamente em operações envolvendo moeda estrangeira, R\$ 25,00 fossem dinheiro captado da clientela. O patrimônio mínimo exigido pelo BC dos bancos é formado de várias parcelas, uma delas refere-se a riscos cambiais.

As novas e mais duras medidas vieram depois que o mercado interpretou como sinal de fraqueza do Banco Central a entrevista concedida na quarta-feira por seu presidente, Arminio Fraga. Ao cobrar dos candidatos à Presidência da República melhor definição de seus compromissos e programas, para conter o nervosismo dos mercados, Fraga disse que "existem limites para o que o Banco Central e o governo podem fazer neste momento". A declaração de que a superação da crise financeira "não depende só deste governo" foi interpretada como uma declaração de que o BC estava sem ação, chegara ao limite — sentimento que levou o dólar a passar dos R\$ 4,00 na quinta-feira e a fechar em alta com relação à quarta, apesar de ter recuado

um pouco no final do dia.

Preocupado em mostrar que foi equivocada a interpretação da entrevista do presidente e retomar as rédeas da situação, o Banco Central decidiu agir com mais força. O diretor de Política Monetária, Luiz Fernando Figueiredo, recebeu a missão de fazer o anúncio das medidas. Numa referência ao comportamento da taxa de câmbio, ele apresentou como justificativa da decisão "a continuada volatilidade do nosso ambiente".

Na sexta pela manhã, antes do anúncio das novas medidas, o presidente do BC já tinha dado um recado, avisando, em nota à imprensa, que o BC não ficaria parado. Fraga começou argumentando que "muitos ainda não entenderam que o Brasil enfrenta, neste momento, um problema de falta de crédito e falta de confiança. Mas isso não significa que o Banco Central vai ficar parado. Seria um absurdo. O BC vai continuar trabalhando como sempre trabalhou em momentos difíceis no passado, dando conta do recado", afirmou ele, na nota.

"Na entrevista, esclareceu, procurei argumentar que existem respostas menos custosas para a sociedade, que são aquelas que afetam de maneira crível as expectativas". Fraga encerrou reiterando estar "seguro de que o Brasil vai ser capaz de dar uma resposta a esse quadro e retomar uma trajetória tranquila de desenvolvimento".

O discurso foi confirmado, à tarde, com ação. Em reunião de diretoria, o Banco Central decidiu mudar as regras referentes à exposição cambial e o patrimônio exigido para tanto e, ainda, elevar em mais cinco pontos percentuais a alíquota do recolhimento compulsório dos bancos sobre depósitos à vista, depósitos à prazo (CDB, RDB, Letras de Câmbio) e depósitos em caderneta de poupança.

Os percentuais subiram respectivamente para 53%, 23% e 30%. A diferença referente às alíquotas anteriores — e que chega no total a R\$ 14,2 bilhões — terá que ser recolhida pelos bancos aos cofres do BC no próximo dia 21. Com isso, haverá menos dinheiro para financiar operações com moeda estrangeira, o que tende a reduzir a demanda pelo dólar e a fazer cair a cotação.

Em agosto, o BC já tinha determinado uma elevação generalizada de compulsórios, daquela vez de três pontos percentuais nas alíquotas, retirando quase R\$ 11 bilhões do sistema financeiro. Na ocasião, a medida foi tomada para financiar o programa de recompra de títulos federais das carteiras dos fundos de renda fixa, cujas dificuldades vinham contribuindo para o nervosismo e a volatilidade da taxa de câmbio. No caso da poupança, esta foi a terceira elevação do compulsório neste segundo semestre. Em julho, alíquota já tinha subido de 15% para 20%.